



Instituto de Arquitetos do Brasil
Departamento do Ceará
Fundado em 1957
Seção Brasileira da União Internacional de Arquitetos
Membro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos
Membro do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

IMPRESSO

Informativo IAB

Janeiro / Fevereiro de 2011

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO

O CAU agora é real

Passaram-se mais de 50 anos para que a luta em prol de um conselho próprio para arquitetos e urbanistas se concretizasse. Durante 2011, as entidades profissionais e as Câmaras Especializadas de Arquitetura dos Creas vão comandar o processo de transição. O CAU está previsto para funcionar a partir de 2012.



Os quase 50 anos de espera pela criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo não esmoreceram os arquitetos e urbanistas que encampam essa luta histórica. No dia 21 de dezembro de 2011, os presentes às galerias do Senado Federal ouviram o tão aguardado anúncio de aprovação da lei que cria o Conselho, oriunda de mensagem presidencial. Soaram aplausos no plenário. A alegria e a satisfação foram complementadas no dia 30 de dezembro, quando o ex-presidente Lula sancionou a lei.

A conquista do conselho próprio vem após quatro tentativas de aprovar uma lei no Congresso Nacional. O primeiro projeto propondo um conselho para os arquitetos e urbanistas foi encaminhado pelo IAB ao presidente Juscelino Kubitschek em 1958. O segundo surgiu na década em 1994. Entre 1998 e 2003, entidades nacionais de arquitetos elaboram um anteprojeto que seguiu para o Senado e, pela iniciativa do senador José Sarney, virou projeto de lei. Embora aprovado no Senado,

o projeto foi vetado pelo presidente Lula, sob alegação de que a matéria é de competência do Executivo – e não do Legislativo. Após o veto, o Executivo encaminhou a mensagem com o projeto de lei do CAU, aprovado agora.

Segundo o presidente do IAB-CE, Odilo Almeida Filho, o Brasil é um dos países que têm as profissões de engenharia e arquitetura regulamentadas por um único conselho multiprofissional.

“O CAU surge de um sentimento geral dos arquitetos de que os conselhos precisam ter uma forma de relacionamento mais efetiva com a sociedade. Pretendemos contribuir para que os conselhos sejam dotados de uma estrutura que possa, regularmente, dialogar e prestar contas com a sociedade. A criação do CAU vai ajudar a tornar os arquitetos e urbanistas agentes mais efetivos na formulação de políticas públicas.”



FOTOS: DIVULGAÇÃO



O ex-presidente Lula sancionou a lei que cria o CAU no dia 30 de dezembro. O ato foi acompanhado por arquitetos de todo o Brasil. Acima, os profissionais que presenciaram a aprovação do projeto de lei no Senado, em 21 de dezembro de 2010

Conselho de Arquitetura: vitória de todos

Arquitetura e o urbanismo são atividades tão antigas quanto a própria civilização. Sua produção histórica está presente na vida de todos os seres humanos: nas habitações, nos edifícios de uso coletivo, nas avenidas, ruas, praças, parques, cidades e regiões, deixando um milenar legado artístico, cultural e tecnológico para as gerações.

Foi principalmente por meio da arquitetura de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, materializada na construção de Brasília, na década de 1950, que nosso País passou a ser percebido internacionalmente como uma nação de grandes valores e de grande potencial de desenvolvimento.

Desde 1933, por ocasião do governo Vargas, arquitetura, urbanismo e engenharia, no Brasil, têm sido atividades profissionais reguladas por um único conselho multiprofissional - o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea, na denominação atual). À época, o Brasil, com população de 39 milhões de habitantes, contava com cerca de 100 arquitetos apenas.

Mesmo sendo atividades afins, prevalece o entendimento de que arquitetura e engenharia devem ser reguladas por conselhos

profissionais distintos, como ocorre nas profissões de medicina, odontologia e farmácia, por exemplo, ou ainda, administração, contabilidade e economia, que são reguladas, cada uma, por seus conselhos específicos.

“Mesmo sendo atividades afins, prevalece o entendimento de que arquitetura e engenharia devem ser reguladas por conselhos profissionais distintos.”

A experiência internacional contribui para esse entendimento, considerando que, em quase todos os países do mundo, as profissões de arquitetura e engenharia são reguladas por organizações distintas.

Finalmente, após 52 anos de iniciativas políticas junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, foi sancionada no dia 30 de dezembro de 2010, pelo presidente Lula, a lei federal 12.378, criando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), des-

membrando essas atividades dos Creas atuais.

O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), entidade que completa 90 anos em janeiro de 2011, integrante da União Internacional de Arquitetos (UIA) e que encontra-se organizado em todos os estados da federação, vem atuando, desde 1958, de forma favorável à criação do CAU. Nessa caminhada de mais de meio século, várias outras entidades nacionais de arquitetos irmanaram-se nessa luta com o mesmo objetivo, agora vitorioso.

Neste momento de boas expectativas nacionais, a instalação do novo conselho é, portanto, muito bem recebida pela grande maioria dos cerca de 100 mil arquitetos brasileiros. Espera-se que o CAU contribua para a modernização e melhoria da produção dos espaços arquitetônicos e urbanísticos de nossas cidades a partir do fortalecimento da organização profissional e de uma efetiva relação de parceria entre os arquitetos e a sociedade, reafirmando a importância da arquitetura como instrumento de desenvolvimento econômico e social de nosso País.

Odilo Almeida Filho, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará (IAB-CE)

CHARGE

Por Damião Lopes



Entidades e Câmaras de Arquitetura dos Creas comandam transição

No Ceará, o IAB-CE já deu início a diversas articulações no sentido de promover essa transição. Pela lei que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), as Câmaras de Arquitetura dos Creas, o IAB, e as demais entidades que compõem o Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA) devem comandar o processo de transição para o CAU.

No dia 10 de janeiro, a reunião ordinária da diretoria foi toda dedicada ao estudo da nova lei. Já no dia seguinte, o IAB se reuniu com a Câmara de Arquitetura do Crea (Cearq) e com o presidente do Conselho, Antônio Salvador da Rocha. O presidente do IAB-CE, Odilo Almeida Filho, esteve presente na reunião e disse que Salvador se colocou à disposição dos arquitetos para promover o processo de transição da maneira mais harmoniosa possível. No dia 13 de janeiro, foram empossados os membros da Cearq, tendo sido eleito para a coordenação o arquiteto Luciano Guimarães.



Diretores do IAB-CE se reúnem para estudar a lei que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo

GENILSON DE LIMA/CMFOR



▶ O IAB-CE e a Câmara Municipal de Fortaleza firmaram, no dia 16 de março, parceria para cooperação técnico-científica. O objetivo é dar apoio às ações das comissões técnicas do Legislativo, elaborar análises que visem aperfeiçoar o Plano Diretor Participativo e desenvolver políticas públicas na área de gestão urbana e de preservação do patrimônio natural, arquitetônico, histórico, artístico e cultural de Fortaleza. “A intenção do acordo é buscar congrega conhecimentos dos arquitetos com as políticas públicas para o desenvolvimento da cidade”, explicou o presidente do IAB-CE, Odilo Almeida Filho.

▶ O IAB-CE realizou em janeiro e fevereiro uma série de visitas às faculdades de Arquitetura e Urbanismo em Fortaleza levando aos estudantes a palestra “Exercício e organização profissional”. Direcionada aos futuros arquitetos, a palestra abordou a atual organização e as perspectivas da profissão e ainda citou os cursos que o IAB-CE promove que tratam da transição da universidade para o mercado de trabalho. O coordenador da Câmara Especializada de Arquitetura (Cearq), Luciano Guimarães, falou sobre a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e sobre o processo de transição que ocorrerá em 2011. Foram visitadas as Faculdades Nordeste (Fanor), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade de Fortaleza (Unifor).

▶ As inscrições para o Fórum Jovens Arquitetos Latino-Americanos estão abertas e associados ao IAB com a anuidade em dia pagam mais barato para participar do evento, que trará a Fortaleza entre os dias 8 e 10 de junho importantes nomes da profissão no continente americano. Para inscrições realizadas até o dia 29 de abril, arquitetos pagam R\$ 380. Profissionais filiados ao IAB pagam R\$ 296. Já os estudantes filiados a entidade pagam R\$ 148; não

filiados pagam R\$ 190. Todas as informações sobre as inscrições e sobre os descontos estão na página do evento www.fjal.com.br.

▶ Há 40 anos, nasce a marca do Instituto de Arquitetos do Brasil. Baseada na modulação de formas geométricas, conforme descreve um de seus criadores, o arquiteto Ricardo Bezerra, a proposta foi escolhida em concurso nacional e hoje representa todos os departamentos do IAB e a Direção Nacional. José Nasser Hissa, também criador do

desenho, explica que a marca foi concebida em preto para poder ser aplicada em qualquer cor. Em todo o Brasil, a cor utilizada pelos departamentos é o vermelho. Historicamente, o Departamento do Ceará tem usado o azul. Para Hissa, a opção pelas cores não obedeceu nenhuma indicação, tendo sido “mera casualidade”. Para abraçar 2011, a direção do IAB-CE decide também expressar a sua marca com o vermelho – uma forma de manter a padronização já consolidada.

CONFEA  **CREA-CE**
 Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Ceará



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

“Vamos decidir a prática, o cotidiano e o destino da profissão”

A frase proferida pelo arquiteto e urbanista Miguel Pereira faz menção a uma das principais mudanças que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) deverá promover na organização da profissão. Nesta entrevista, concedida no dia 25 de novembro de 2010, ele, que atualmente é assessor do IAB para assuntos internacionais e conselheiro vitalício da entidade, fala sobre sua atuação na União Internacional dos Arquitetos (UIA) e sobre a importância de os arquitetos se fazerem presentes nas entidades de representação internacional, além de expor suas expectativas para o governo Dilma.



CRONOLOGIA

- 1932 - Nasce Miguel Pereira no Rio Grande do Sul
- 1957 - Forma-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- 1961 - Torna-se professor da UFRGS
- 1968-1976 - Dirige a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB)
- 1971-1976 - Preside a Direção Nacional do IAB por dois mandatos seguidos e volta a ser presidente entre 1989 e 1991
- 1987-1999 - representa o IAB como conselheiro na UIA por dois mandatos seguidos
- 1999-2002 - ocupa a vice-presidência da UIA

Como tem sido a participação do IAB na União Internacional dos Arquitetos (UIA)?

Primeiro, preciso dizer pra você que o IAB tem uma participação contínua na UIA desde 1951, três anos depois da fundação dela, que é 1948. (A UIA) É uma entidade que nasceu inspirada na vontade global de paz, pois se tratava do pós-guerra, da Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945, e o Brasil ingressava num processo democrático depois do Getúlio (Vargas). Em 1951, o primeiro brasileiro a participar da UIA, Henrique Midlin, fez parte da diretoria executiva por dois mandatos. Depois veio Flavio Léo da Silveira, que fez três mandatos: dois na diretoria executiva e um mandato de vice-presidente. O outro foi Fábio Penteadó, que participou do conselho da UIA e foi delegado do Brasil durante seis anos. Depois do Fábio, eu entrei para UIA e fiquei 15 anos, (cumprindo) dois mandatos de seis anos como conselheiro e mais três anos como vice-presidente. Foi uma eternidade, uma representação nem sempre fácil devido ao custo, viagens internacionais, convocações que não dava para deixar de ir, uma necessidade enorme de o Brasil privilegiar sua própria história, porque era a arquitetura brasileira que estava em jogo na nossa representação. As glórias de Brasília agüentaram mais de 20 anos, até quase os anos 1980 - essa festa internacional, todo mundo queria saber do Brasil... Então a gente tinha uma representação complexa. (A UIA é) a maior entidade internacional dos arquitetos - aliás, a única -, com uma vida muito regrada, disciplinada e poderosa, política e culturalmente. Poderosa. Eu conto um detalhe: quando ainda não fazia parte da UIA, fui para Brasília, saí de Porto Alegre por convite dos estudantes para fazer parte do grupo de reabertura da escola de arquitetura. Éramos cinco. Trabalhamos seis meses lá, fizemos uma proposta de reabertura, a escola foi reaberta e acabei tendo de ser diretor da escola e fiquei lá. Mas esse tempo, de 1968 a 1976, era plena ditadura militar. Então

havia aquele perigo de fechamento de novo da escola. Como é que a gente montou uma estratégia para proteger a escola funcionando? O Fábio Penteadó montou dentro da UIA um plano - ele era conselheiro - de tal maneira que todos os países filiados a UIA, que eram mais de cem, sabiam do problema do Brasil e sabiam do meu problema em Brasília, que eu tinha que ser protegido, que a escola não podia fechar, que a universidade periodicamente era invadida. Então o diretor não podia ser preso. O que ficou combinado era que, se houvesse uma prisão minha, cem países encaminhariam telegramas ao governo brasileiro reclamando, secundado pela Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPAA), que também estava no esquema. Eu nunca fui preso e todo mundo sabia que eu era subversivo. Eu era militante do Partido Comunista, era mesmo, e eles (militares) sabiam mais do que eu, porque, em Brasília, a gente era vigiado cotidianamente por dois serviços de segurança: o Cenimar (Centro de Informações da Marinha), da Marinha e o SNI (Sistema Nacional de Informação). E nunca fui preso. Claro que tinha que depor seguidamente na Polícia Militar (risos) porque era diretor da escola e tudo o que acontecesse na escola, com aluno ou professor, eu estava lá, era intimado, mas o pessoal me tratava bem, mas sob vigilância. Essa foi uma das presenças mais marcantes da UIA, porque ela efetivamente pesou politicamente. O governo brasileiro, que tinha ambições de um Brasil potência etc. não queria saber de críticas internacionais. Então, diante dessa situação, eles recuavam. Mas sempre foi uma representação muito disciplinada, muito efetiva, muito presente. Hoje nós temos no conselho da UIA duas mulheres: a Nadia Somekh e a Maria José Feitosa, que têm participado permanentemente nas reuniões do conselho. Eu acho que a participação na UIA é necessária, é um investimento que se faz, uma representação cara. O IAB não tem condições, não tem infraestrutura financeira para financiar, para custear essa pre-

sença do Brasil, de modo que exige sempre o sacrifício do delegado. Ninguém é Henrique Mindlin, que tinha um escritório gigantesco e não tinha problema nenhum. Os outros tiveram que marcar com algum sacrifício a presença do Brasil na UIA. Mas isso aí vai culminar em setembro do ano que vem (refere-se a 2011) no Congresso Mundial de Arquitetos, que vai acontecer no Japão, em Tóquio. Aí, o Brasil pode se candidatar à reeleição dos delegados ou pode pleitear uma vice-presidência. Acho que o Brasil hoje não tem condições de pleitear a presidente. E eu esqueci de colocar que o Jaime Lerner (Foi prefeito de Curitiba e governador do Paraná. É conhecido mundialmente pelas soluções ambientais realizadas em suas gestões na capital paranaense) foi presidente de 2002 a 2005. Foi um baita prestígio para o Brasil, porque primeiro o Jaime Lerner é muito conhecido internacionalmente e ele representava o Brasil, sem dúvida. Isso foi muito bom para nós, comprometeu mais o IAB na vida da UIA. Portanto, é uma participação internacional necessária como é necessária a participação na Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos, que é o continente americano, e no Cialp (Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa).

Qual a expectativa da profissão para a criação do CAU?

Antes de tudo, tenho que dizer pra você e para muitos arquitetos brasileiros que não sabem quando essa luta começou. Fazem 52 anos que essa luta começou, em 1958. Começou no IAB de São Paulo, com o Vilanova Artigas, com o Eduardo Kneese de Mello, que foram aqueles arquitetos que conceberam o primeiro projeto de lei que chegou ao Congresso Nacional e que começou a ser discutido. O sofrimento vem daí, é uma penitência, uma angústia e, às vezes, o pessoal fala no conselho, ou pela internet, como se a luta tivesse começado na gestão do Fayet (Carlos Maximiliano Fayet, 1930-2007, foi presidente nacional do IAB, vice-presidente do Confea e representante da entidade no Conselho de Prática Profissional na UIA). Não é por aí, a história é mais longa. Como o IAB, até hoje, não tem sua história escrita por um historiador, você perde o caminho das coisas, a memória das coisas. Esse último projeto foi um projeto frustrado, pois foi aprovado na Câmara, no Senado e os assessores do Lula na Casa Civil entenderam que tinham que vetar, porque tinha vícios de origem e era anticonstitucional. Então o Lula vetou todo o projeto. Foi aquela frustração. Porém, como a gente tinha acesso a Casa Civil, o Lula se comprometeu, pediu para à Casa Civil reelaborar (o projeto) para torná-lo constitucional, porque ele tinha que ser um projeto de lei do executivo, e não do legislativo. Acho que essa conquista – e há quantos e quantos anos a gente vem repetindo –, que a criação do CAU significará a legitimação da maioria da nossa profissão, porque até então nós somos dependentes de outras profissões, mais de 300 que não têm nada que ver

conosco e decidem por nós no sistema Crea/Confea. Não somos adultos profissionalmente. Então será uma vitória, uma autonomia, uma alforria, porque, até hoje, nós temos sido escravos. Vai ser a redenção das entidades nacionais de arquitetos e das escolas de arquitetura, da profissão, por assim dizer. Não temos nenhuma atribuição legal hoje, por exemplo, para discutir nada a respeito da formação profissional. Nós dependemos do sistema Crea/Confea. Não temos nenhuma atribuição legal para discutir nossa prática profissional, e nós passaremos a ter, nós vamos decidir a prática, o cotidiano da profissão e o destino da profissão. Esse é o CAU (risos).

Qual a expectativa para o novo governo do Brasil no que diz respeito ao desenvolvimento urbano?

Acho que vai ser um governo profundamente comprometido com o desenvolvimento e com o futuro do País, consolidando um projeto de País - até porque o novo presidente, que é uma mulher, fez parte do governo anterior. É uma continuidade, que entendemos que deve ser necessária a fim de sedimentar uma série de novidades que aconteceram no Brasil nos últimos anos. Houve três coisas importantes que este governo do Lula fez pela profissão. Primeiro, a criação do Ministério das Cidades, que foi sempre uma reivindicação dos arquitetos desde 1954, no 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos, em São Paulo, por ocasião da celebração do quarto centenário da cidade de São Paulo. A gente lê nos anais desse congresso que nós já pedíamos a criação do Ministério do Urbanismo. E isso foi criado nesse governo. Um ministério, não é uma comissão ligada à Presidência da República, é um ministério. Cabe a nós, arquitetos, levarmos nossa presença e nossa contribuição ao governo brasileiro através do ministério. Como políticas profissionais, como políticas urbanas, está aí o Minha Casa Minha Vida, que é um plano gigante, tem vários defeitos, mas é porque nós precisamos estar mais presentes, nós é que temos que propor. Não é o Lula que tem que corrigir, porque ele nem entende, ele não é arquiteto. Ele aguarda a contribuição, e não há a menor dúvida que, ao chegar ao governo sugerindo coisas mais corretas, nós vamos enfrentar o problema das empreiteiras, que não querem mudar nada porque para eles é melhor (risos). Mas isso é necessário. A outra política de governo que vai continuar é a implementação da lei de assistência técnica gratuita para populações que ganham menos de três salários mínimos. Essa população vai ter assistência técnica de arquitetos, de engenheiros gratuitamente desde que saibam se organizar. Com isso, as cidades vão ser melhores. Não no próximo ano, porque são políticas de longo curso, que a gente tem que apreender. A grande parceria é a população que necessita disso, que serão nossos parceiros para melhorar a cidade. Eles têm interesse nisso. (Você) Sabe que o poder é do povo. Se o povo entender essa necessidade, nós ganharemos como profissão e ganharemos novas cidades.

“Está aí o Minha Casa Minha Vida, que é um plano gigante, tem vários defeitos, mas é porque nós precisamos estar mais presentes, nós é que temos que propor.”

► Atualmente, Miguel Pereira é professor da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), é conselheiro vitalício da Fundação Bienal de São Paulo e do IAB e possui um escritório de arquitetura em São Paulo.

► Miguel Pereira esteve em Fortaleza em novembro de 2010 para participar como debatedor na exposição Arquitetura e Nacionalidade, integrante do Colóquio Arte e Nacionalidade, promovido pelo Observatório das Nacionalidades nos dias 23, 24 e 25 desse mês.

► A entrevista foi realizada nos jardins do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC. Ao lado de Miguel, estava o presidente do IAB-CE, Odilo Almeida.

Projeto VLT pretende interligar Mucuripe a Parangaba

A instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para ligar os bairros Mucuripe e Parangaba é um dos investimentos que o Governo do Estado planeja fazer a partir deste ano. Incluso nos projetos da Copa de 2014, o VLT gera polêmica quanto à possibilidade de remoções de famílias que habitam a área de interferência



EDMIRGES NOGUEIRA

cidade, mas afirmou que a linha é necessária e que há demanda.

O estudante de Ciências Sociais Mateus Alencar fez duras críticas à forma como os chamados megaeventos esportivos costumam tratar as populações pobres das suas cidades-sede e defendeu maior transparência e participação social nesses projetos. Ele sugeriu ainda que o projeto VLT contemple soluções de novas moradias nas circunvizinhanças para as famílias afetadas.

José Sales comentou ainda que o projeto deveria ter uma dimensão requalificadora para as áreas de sua influência. Para Fausto Nilo, a instalação do VLT não é incompatível com moradias. Romeu Duarte, conselheiro vitalício do IAB-CE, reiterou essa questão e acrescentou que o projeto deve “abrir um leque de alternativas” para que as populações sejam mantidas. “O projeto não é só de engenharia. Tem de contemplar a dimensão social.”

Uma linha férrea utilizada atualmente para transporte de cargas deverá ser convertida, segundo projeto do Governo do Estado, em uma opção de transporte para o fortalezense. Os bairros Mucuripe e Parangaba deverão ser interligados por meio de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), um metrô de superfície geralmente alimentado por eletricidade. O projeto foi o primeiro tema debatido no encontro Arquitetura e Urbanismo em Debate, promovido pelo IAB-CE no dia 23 de fevereiro no auditório do Crea-CE. Edilson Aragão, diretor de gestão empresarial e planejamento da Companhia de Transportes Metropolitanos (Metrofor) e segundo secretário do IAB-CE, foi o responsável pela apresentação do tema.

Com uma extensão de 12,7 quilômetros, o VLT Parangaba-Mucuripe deverá atender a uma demanda de 90 mil passageiros por dia. A linha deve atingir 22 bairros e a previsão é de que sejam construídas nove estações de passageiros. O ramal é também um dos itens dos projetos para a Copa de 2014.

Segundo o diretor do Metrofor, o projeto executivo do VLT deverá ser concluído em março e as obras estão previstas para começar em outubro. O investimento total será de R\$ 265,5 milhões.

Durante o debate, o VLT foi questionado quanto a seu traçado. Para o vice-presidente do IAB-CE, José Sales, o ramal Parangaba-Mucuripe não atende às necessidades atuais, uma vez que tem por base uma linha construída há cerca de 80 anos. Edilson reconheceu que o traçado pode não ser suficiente para a

VLT em números

12,7 km de extensão

90 mil passageiros/dia

9 estações

R\$ 265,5 milhões é o investimento total



O Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) já é utilizado no Metrô do Cariri.

IAB-CE promove curso sobre legislação urbana



Compreender a legislação que versa sobre o espaço urbano e sobre o uso do solo. Com esses objetivos, teve início no dia 21 de março o curso Legislação Urbana, promovido pelo IAB-CE. Com duração de três dias, o curso reuniu arquitetos e estudantes de Arquitetura e Urbanismo no auditório do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-CE). No primeiro dia, a arquiteta Regina Costa e Silva, que ministrou o curso, fez um passeio pela história dos Planos Diretores de Fortaleza até chegar ao atual, que data de 2009, abordando também as leis que o complementam, como o Código de Obras e Posturas e a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

De forma leve e didática, os participantes puderam tirar dúvidas e explorar a aplicação da legislação vigente. “É de fundamental importância saber tudo sobre legislação urbana e a Regina é a pessoa mais indicada para falar sobre isso”, elogiou a arquiteta Waleska Covas. Para a estudante Luana Ferreira Cavalcante, do 7º de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (Unifor), o curso deverá contribuir para a familiarização com o conteúdo, o que facilita, segundo espera, a busca pelas informações corretas e necessárias à elaboração e aprovação de projetos. Conhecer mais sobre a legislação urbana de Fortaleza será importante também para o geógrafo Cleiton Marinho. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), ele explicou que sua pesquisa inclui uma análise das leis urbanas. Para ele, o curso traz esclarecimentos que o ajudarão a melhor interpretar a legislação.



Delberg Ponce de Leon e Odilo Almeida homenageados na Assembleia

Os arquitetos Delberg Ponce de Leon e Odilo Almeida foram homenageados na Assembleia Legislativa em sessão solene em comemoração do Dia do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrimensor, realizada no dia 9 de dezembro de 2010 no plenário do Legislativo Estadual. Iniciativa do deputado Roberto Cláudio (PSB), então presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, a solenidade homenageou profissionais da engenharia e da arquitetura e concedeu placa comemorativa aos 50 anos da primeira turma da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará (UFC). “Hoje o Brasil vive novos desafios e muitos deles só serão vencidos com a competência de engenheiros e arquitetos”, declarou Roberto Cláudio na ocasião.

Possibilidade de remoções causa polêmica



Segundo Edilson Aragão, diretor do Metrofor, poderá haver remoções, mas boa parte dos moradores afetados pelo VLT serão indenizados

O VLT Parangaba-Mucuripe levanta polêmica por conta da possibilidade de remoção de famílias que habitam hoje a área localizada às margens da Via Expressa. A presidente da Associação Comunitária do Rio Pardo, Francisca Ferreira da Cunha, disse que foi ao debate para saber como ficará a situação das famílias. “Sou a favor do VLT, mas quero que o povo fique.” Um dos defensores da permanência das comunidades, o vereador João Alfredo (PSOL) distribuiu entre os presentes na palestra artigo de sua autoria em que questiona o projeto. Para evitar a retirada dos moradores, ele propõe solução adotada em Amsterdã, em que o chamado “tram” está instalado na via, circulando junto aos carros. Para Joaquim Cartaxo, ex-secretário das Cidades do Ceará, a comparação com a capital holandesa não condiz com a realidade de Fortaleza. “Toda a população de Amsterdã poderia ser transportada só no metrô que vai para Caucaia”, calculou.

Segundo Edilson, o Metrofor se associa com a preocupação da comunidade. Segundo ele, foi iniciado um cadastro geral das famílias com o objetivo de verificar quais serão afetadas e quais alternativas deverão ser adotadas. De acordo com ele, poderá haver desapropriações, mas boa parte será indenizada (ou seja, terão parte das residências afetadas, mas sem a necessidade de sair do local). Dentro do orçamento geral do projeto, R\$ 92,2 milhões serão destinados a desapropriações. “O Governo do Estado não fechou nenhuma porta. Há possibilidade de programar alternativas”, sinalizou.

2010 EM IMAGENS

1. Reunião com o governador Cid Gomes sobre a possibilidade de instalação do estaleiro Promar Ceará em Fortaleza (fevereiro)



2. Solenidade de posse da diretoria para o biênio 2010-2011 (março)



3. 133º COSU - Reunião do Conselho Superior do IAB em Fortaleza; conselheiros visitam Hotel do Norte, edificação restaurada no Centro e que receberá a sede do IAB-CE (março)



4. Apresentação do posicionamento do IAB-CE sobre a proposta de instalação do estaleiro (março)



5. Reunião com a prefeita Luizianne Lins para apresentar o relatório de estudos do IAB-CE sobre a proposta de instalação do estaleiro (março)



6. Participação em audiência pública na Câmara Municipal que discutiu a recriação do órgão de planejamento de Fortaleza (março)



7. 134º COSU em Recife; o IAB-CE concorreu com o IAB-DF para sediar a Direção Nacional, obtendo 40% dos votos (maio)



8. Participação no Conselho de Cidadania do programa Pacto por Fortaleza - a cidade que queremos até 2020, realizado pela Câmara Municipal (junho)



9. IAB-CE realiza curso Informações Práticas para o Exercício da Profissão de Arquiteto e Urbanista (agosto)



10. Presença IAB, com o presidente nacional do IAB, Gilson Paranhos (setembro)

